Ciência brasileira em ação: natureza e história nas investigações da Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861)

Brazilian science in action: nature and history in the investigations of the Scientific Committee Exploration (1859 - 1861)

Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante[1]

1
Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora de História e coordenadora de área (Ciências Humanas) na rede pública de ensino do Estado do Ceará (SEDUC - CE). Contato: hisllya@gmail.com.

Resumo

O presente artigo apresenta a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, formada em 1857 com o objetivo de mapear e explorar as prováveis riquezas naturais, culturais e históricas do interior do Império brasileiro, tendo como objeto os apontamentos que resultaram das investigações dos cientistas brasileiros elencados para participar dessa viagem naturalista. O papel que a Comissão Científica, juntamente com as instituições científicas, culturais e políticas do Império exerceram no processo de afirmação e legitimação de uma identidade brasileira homogênea e grandiosa e das ciências naturais no Brasil no século XIX, assim como se articulou a formação e execução dessa expedição constituem algumas discussões presentes neste trabalho. Nesse sentido, pretendo analisar como a preocupação em perscrutar a natureza brasileira - dotando-a de significados simbólicos, históricos e culturais - e reunir elementos e documentos para a elaboração da História do Brasil e para a construção de sua identidade enquanto uma nação soberana fizeram parte do

projeto que tornou possível a existência e realização da Comissão Científica de Exploração.

Palavras-chave
Comissão Científica de Exploração; Ciência Nacional; Identidade Nacional.

Abstract
This paper presents the Scientific Committee for the Exploration of the Northern Provinces, established in 1857 aiming to map and explore the likely natural, cultural and historical resources of the interior of the Brazilian Empire, having as object the notes resulted from investigations of the listed Brazilian scientists who participated in this naturalist trip. The role of the Scientific Committee, along with the scientific, cultural and political institutions of the Empire exercised in the affirmation and legitimization of a homogeneous and great Brazilian identity and the XIX century natural sciences in Brazil, as well as the way the expedition was formed and executed are some issues to discuss in the present study. Accordingly, intend to analyze how the concern in peer Brazilian nature - giving it symbolic, historical and cultural meanings - and gather information and documents for the writing of the history of Brazil and its construction of identity as a sovereign nation were part of the project that made possible the existence and implementation of the Scientific Committee of Exploration.

Keywords
Scientific Committee of Exploration; National science; National Identity.

Introdução

Viajar, estudar e escrever - eis três ações indispensáveis no desenvolvimento do trabalho de um naturalista no século XIX. A viagem representava a possibilidade de entrar em contato com os elementos naturais (botânicos, zoológicos, minerais, geográficos, entre outros) e humanos de territórios distantes e desconhecidos, para estudá-los, classificá-los e

delinear alternativas de exploração e dominação. Escrever e narrar as experiências adquiridas nessas viagens era uma prática constante e aconselhável, sendo sugerida nos manuais de História Natural produzidos pela ciência do século XIX, herdeira dos pressupostos do Iluminismo.

Esses manuais de História Natural circulavam pela Europa desde meados do século XVIII. Para os naturalistas luso-americanos, responsáveis pela disseminação desses pressupostos no Brasil, "a adesão aos sistemas classificatórios e à nomenclatura propostos por Lineu operaram como porta de entrada ao circuito internacional da história natural." (Kury, 2011, p.02). De acordo com Kury (2011), Lineu[2] e seus discípulos envolveram-se com a aplicação utilitária dos três reinos naturais e rebateram críticas da época - século XVIII - contra a história natural, acusada de ser apenas uma curiosidade fútil. Para eles, investigar seres e coisas aparentemente inúteis levaria os homens a conhecerem a ordem do mundo e a utilidade de todas as coisas. "A obra lineana é um conjunto poderosamente articulado de métodos, pressupostos filosóficos e intervenções práticas que se tornou uma forte referência para a história natural na Europa e nas Américas." (Kury, 2011, p.02). As teses e viagens de Lineu serviram de exemplo para muitas experiências posteriores. No bojo dessas atividades em história natural forjada no século das luzes estava o objetivo de mapear todo o planeta terra e dessa forma permitir conhecer, coletar, classificar e determinar usos e funções de produtos naturais úteis para a alimentação, para a vestimenta, para a ciência e para a indústria.

Segundo Thomas (1996, p.32), "para os cientistas formados nessa tradição, todo o propósito de estudar o mundo natural se resumia em que a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana." Era usual considerar o mundo como feito para o homem e todas as outras espécies como subordinadas aos seus desejos. Um dos processos disseminados para que o homem alcançasse a total dominação foi o desenvolvimento

2
Botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, considerado o pai da taxonomia moderna. "A ciência lineana deixou marcas duradouras na história natural europeia e americana, mas Lineu não foi apenas o sistematizador da nomenclatura binomial e o propositor do sistema sexual para a classificação dos vegetais: o eminente naturalista foi também um "filósofo" da natureza" (Kury, 2011, p.02).

de estudos científicos dos animais, da vegetação, dos minerais, do clima, do solo e da água.

Os estudos botânicos seriam responsáveis por conferir um uso pragmático para o mundo das plantas. Dentro de contextos científicos e comerciais essa atividade oferecia uma perspectiva útil, possibilitando explicações para o bom êxito ou não de determinadas práticas agrícolas, industriais, medicinais e ornamentais. Conforme Dean (1991), a valorização da Botânica explica-se pelo fato de esse ramo da Ciência estar intimamente ligado à Agricultura, à Medicina, à Química, à Mineralogia e à Metalurgia, áreas que geravam preocupações explícitas por parte dos Estados, afinal, através desses conhecimentos era possível pensar políticas governamentais, seja para a melhoria da qualidade de vida da população, seja para proveito econômico das Nações.

Também eram de ordem prática os intentos da Zoologia. Os estudos dos animais eram estimulados para determinar se eles tinham alguma serventia ao ser humano, como alimento ou remédio; e se esses ou quaisquer outros usos deles poderiam ser aprimorados. Esse ramo da história natural seria essencial para determinar "o proveito que as artes, a medicina, a economia doméstica, poderiam tirar das numerosas legiões de viventes que povoam o ar, a água e a terra" (Lagos *in* Braga, 2004, p.201), observando e registrando as possíveis aplicações econômicas e medicinais da fauna a ser explorada.

Fauna e flora dos mais diversos espaços do planeta passaram a ser observados como meios de determinar possíveis potencialidades materiais, assim como passaram a ser estudadas não só pelo seu valor de uso, como também pelo significado cultural e político, como estabilizadoras de identidades e de sentimentos de pertença. Viajar para experimentar o contato direto com esses animais e vegetais, estudá-los minuciosamente e determinar seus usos e proveitos e divulgar esses estudos, escrevendo os relatos das experiências propriamente ditas e os tratados científicos pautados nos ditames da Ciência de então eram ações necessárias e incentivadas, sendo assim, a viagem científica aparecia como uma excelente

proporcionadora da atividade científica em história natural, do desenvolvimento econômico das nações e da formação de identidades culturais próprias de cada extensão da Terra.

No decorrer do século XIX, mais especificamente na sua segunda metade, o Ceará, uma modesta província do Império do Brasil, foi palco de uma viagem científica que transportou para cá naturalistas que perscrutaram sua fauna, sua flora, seu solo, seus rios, suas pedras e sua gente e relataram através da escrita as experiências obtidas nessa parte do norte brasileiro. Em um desses relatos nos deparamos com a seguinte impressão:

O povo do Ceará (...) tem idéias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é o Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro. Têm êles para si que o Ceará é superior a tudo o mais, e só conhecem superioridade em outros povos pelos artefatos que eles admiram, e não concebem como se fazem. O seu país (Ceará) está todo minado de metais preciosos; e cheio de tesouros escondidos pelos Flamengos, Jesuítas etc. etc. O país está cheio de tradições, em que acreditam religiosamente; e certificam com contos de fenômenos naturais, que já hoje se não vêem, ou que apenas ainda vislumbram em certos lugares e tempos, (...) são contos e tradições antigas, que têm a mesma origem, mas que impressionam mais por saírem da noite dos tempos revestidos de circunstâncias fantásticas e exageradas. (Alemão in Damasceno e Cunha, 1961, p.311).

A escrita denuncia incredulidade quanto a essa superioridade que o cearense denota, relegando esse sentimento ao estatuto de imaginação, revestida de "circunstâncias fantásticas e exagerada". O que determina o tom dessa escrita; o que mais foi escrito, quem escreveu, para quê, por que, a mando de quem, em qual contexto histórico, baseado em que, a partir de que lugar físico e social? São questionamentos que norteiam esse artigo, tendo como objeto central de estudo os escritos dos cientistas que viajaram pelo Ceará entre 1859 e 1861,

estudando-o e mapeando-o, como integrantes da Imperial Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte do Brasil. Vejamos adiante possíveis respostas a essas inquietações.

Ciência, Império e Nação: marcas de um projeto de civilização

A Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte ou Comissão Científica do Império, ou ainda Imperial Comissão Científica de Exploração ou apenas Comissão Científica de Exploração, Comissão do Ceará ou até mesmo suas nomeações jocosas e depreciativas como Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora[3], são títulos diferentes para uma mesma experiência: uma viagem naturalista empreendida por cientistas brasileiros ao interior das províncias mais distantes da Corte Imperial na segunda metade do século XIX.

A viagem naturalista, desde os princípios do século XIX, passou a ser considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em conhecimento científico e em produto para o mercado. Através das viagens seriam desvendados seus mistérios e usos possíveis, elaborando-se um detalhado inventário do mundo natural.

As investigações em ciências naturais aconteciam, principalmente, em dois espaços de atuação científica: o gabinete[4], onde atuava o naturalista sedentário e a viagem, onde atuava o naturalista viajante. O trabalho do viajante era primordial para o do naturalista de gabinete; assim como os estudos, tratados e classificações do naturalista sedentário eram essenciais para o naturalista viajante. Apesar das disputas por influência e financiamentos entre sedentários e viajantes, os homens que faziam ciência no século XIX entendiam a importância do deslocamento, bem como, desde os primórdios da configuração da ciência moderna, entendiam a relevância dos trabalhos executados nos gabinetes.

Desde o período colonial o Brasil era alvo de curiosos e estudiosos europeus, muitas eram as riquezas naturais a serem observadas e cobiçadas

3
Para fins de simplificação, a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte será referenciada nesse texto, a partir de agora, apenas como Comissão Científica, Comissão ou simplesmente Científica.

4
Chamamos aqui de gabinete os espaços físicos de atuação científica, ou seja, laboratórios, museus, jardins botânicos, associações científicas, universidades, entre outros, todos eles destinados a investigação e produção científica, especialmente em ciências naturais. No gabinete, o trabalho de campo é substituído por bibliotecas, coleções, herbários, animais empalhados, estampas, desenhos, amostras, mapas e objetos.

na colônia portuguesa na América, no entanto, a coroa portuguesa nunca incentivou ou autorizou esses estudos, afinal o território lhe pertencia e só a Portugal interessava o que nele existia. Portanto, os relatos e estudos feitos por aqui não eram aprovados pela metrópole e muitos deles eram frutos de viagens de aventureiros ou nobres que visitavam a América para saciar sua curiosidade de ver e experimentar sensações no novo mundo. De acordo com Silva-Filho (2006), durante a segunda metade do século XVIII houve um grande esforço por parte do Estado português para "inventariar as riquezas do seu império – em especial o Brasil – por meio da ciência." Com esse intento, juntaram-se ao governo instituições como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o Museu da Ajuda. Nesse contexto, foram organizadas as Viagens Filosóficas que seriam responsáveis por fazerem um levantamento das possibilidades de explorações econômicas que o território brasileiro abrigava.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, naturalistas estrangeiros passaram a ser aceitos e recebidos com mais facilidade por aqui e o próprio estado português passou a favorecer viagens exploratórias em sua colônia, agora residência oficial do rei e sede do governo e, a partir de 1815, elevada a categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Muitos viajantes passaram a percorrer o Brasil, realizando inventários da fauna, da flora, da geografia e dos habitantes do país. Mapas, diários, relatos, amostras, estampas, herbários eram produzidos e enviados para a Europa, promovendo estudos e auxiliando no reconhecimento e controle econômico e territorial do Brasil. Depois da Independência, aumentou o fluxo de viajantes estrangeiros esquadrinhando os recursos naturais e humanos do país e difundindo conhecimento dentro e fora desse território.

Vale ressaltar que a ciência praticada pelos naturalistas estrangeiros que se embrenharam pelos interiores do Brasil estava alicerçada nos pressupostos da ciência iluminista, ciência essa que devia buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em

um fenômeno local, difundindo conhecimento, elaborando tratados, instruções, descrições de técnicas, induzindo mudanças de hábitos e usos, uma ciência prática, voltada para o didatismo, preocupada em publicar e disseminar seus achados, em condensar as informações, escrevendo e divulgando as pesquisas, fazendo-as conhecidas por um público de especialistas e leigos; uma ciência elaborada como uma atividade de grupos de pessoas em interação que procuravam também o reconhecimento dos pares e a propagação de suas investigações.

Dentre essas expedições, algumas foram financiadas pelo governo, tanto brasileiro, como de seus países de origem, e outras foram financiadas por particulares. Alguns naturalistas brasileiros eram convidados a participarem dessas viagens, como auxiliares e colaboradores nas coletas e classificações do material recolhido na natureza. Apesar dessas participações, o papel desempenhado pelos brasileiros era obscurecido e os interessados em ciências naturais no Brasil ficavam à margem dos estudos de estrangeiros, e, como declarou Manuel Ferreira Lagos em 1856, o país era melhor conhecido por estrangeiros do que pelos cientistas nacionais. Lagos fez severas críticas ao fato do Brasil ser extremamente estudado por cientistas estrangeiros. De acordo com seu discurso, proferido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 30 de maio de 1856, "era na Europa que se dava a conhecer o país, era mais fácil estudar o Brasil nos museus europeus do que nas instituições do Brasil." (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12).

O século XIX, especialmente em sua segunda metade, vai delimitar no Brasil o momento de sua afirmação enquanto uma nação soberana e independente. Após o processo de Independência abandonava-se a condição de colônia e passava a se constituir enquanto um Império, um Estado-Nação que seguiria a partir de então com suas próprias pernas rumo à civilização e ao progresso. Delinear um perfil para o novo país, conferindo-lhe uma identidade transformou-se numa questão crucial. Pensar a nacionalidade significava lançar as bases políticas,

históricas, culturais, naturais e sociais sobre as quais se ergueria a nação independente. Para tanto, era necessário que fossem bases fortes, autônomas e singulares, consolidando um Estado Nacional dotado de uma identidade própria diante das outras nações e de acordo com os princípios que norteavam a organização da vida político-social no século XIX.

A legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, unânime, valiosa e, para tanto, de acordo com Guimarães (1988), tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história, conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país, além de esclarecer e educar a sociedade e criar nela um sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional. É nesse momento que cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais brasileiros irão dedicar seus esforços para a elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural, para a construção da totalidade nacional e para a escrita da história nacional.

Escrever a História da nação significava criar símbolos identitários, recolher e organizar documentos, desnudar o passado, que passou a ser acessível pela via do documento escrito e na sua forma de memória, convocar os sentidos e sentimentos do povo, seja no sentido pedagógico – educar as massas, focar no progresso, no futuro promissor, para a adesão a uma comunidade imaginada. Imaginada porque mesmos os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (Anderson, 2008, p.33). Ainda segundo Anderson (2008), a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Para Hobsbawn (1990), critérios como a língua, as etnias, a história, o território e traços culturais comuns foram utilizados para tentar definir ou não a existência de uma

nacionalidade, sendo o conceito de nação, no sentido basicamente político, um fenômeno do mundo moderno. No caso da formação do Estado-Nação brasileiro, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de coisas em comum entre todos os habitantes do Império tinha que ser construído e fundamentado no conhecimento de tudo que compunha seu território.

A iniciativa, tanto pública como privada, de criar instituições e sociedades científicas como o Museu Nacional (1818), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN (1828), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1838), o Arquivo Nacional (1838), a Sociedade Vellosiana (1850), a Palestra Científica (1865) entre outros espaços científicos e educacionais nos permite identificar preocupações que circulavam pelos campos políticos, científicos, culturais e históricos do país, objetivando estabelecer no Brasil um ideário de nação que o enquadrasse nos moldes da civilização e do progresso propagados principalmente na Europa.

Nesse contexto, as investigações históricas, etnográficas, geográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, mineralógicas e estudos sobre as raças, hábitos, línguas e costumes dos habitantes de todas as terras brasileiras apareciam como passos importantes a serem dados para a construção de um passado precioso para o Brasil, que deveria adquirir uma personalidade histórico-cultural própria, e na construção dessa personalidade a natureza brasileira, natureza essa que desde as primeiras visitas dos viajantes que fizeram dela objeto de observação e reflexão passou a ser considerada esplêndida, ocuparia lugar de destaque como elemento simbólico da singularidade nacional, ao invés de realizações históricas e culturais significantes.

A História Natural e a divulgação de suas teorias entre a elite letrada conquistaram relevância para além das questões exclusivamente científicas. Em meados do século XIX os homens de ciência no Brasil compunham uma comunidade Científica em vias de consolidação. Um sistematizado esforço era

feito na tentativa de inventariar as riquezas do Brasil por meio da ciência, especialmente as ciências naturais. Com a consolidação de instituições científicas e culturais, como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os cientistas locais iniciaram um processo de afirmação do que seria uma ciência nacional. Essa ciência nacional seria realizada exclusivamente por brasileiros, preparados nos maiores centros de ciência na Europa, que deveriam observar tudo que possuía a nação e produzir conhecimento acerca dela. A formação de instituições dedicadas a reunir e publicar trabalhos dos "cientistas nacionais" seria de extrema importância para o alargamento dos conhecimentos do território nacional realizado por filhos legítimos desse solo.

Certos de que apenas os brasileiros poderiam e saberiam desvendar a natureza e o passado do Brasil, os cientistas congregados no IHGB, na SAIN e no Museu Nacional passaram a defender a efetivação de meios que possibilitassem uma série de estudos, os quais desvendariam os segredos dos lugares mais distantes da corte imperial, desbravando os espaços desconhecidos, como os sertões, idealizados como espaços de extensas matas inexploradas, povoações retraídas e incultas e povos indígenas a caminho da inexistência em seu "estado primitivo", tornando-os conhecidos, colocando-os sob maior controle da gestão nacional, esquadrinhando, assim, todo o território - campo e cidade - e suas gentes, que haviam se transformado no 'eldorado' dos naturalistas estrangeiros.

A natureza brasileira assumiu um importante papel nas representações que foram elaboradas para o Brasil no século XIX. Uma natureza variada, exuberante, grandiosa e, em grande parte, virgem, intocada pela civilização. O mundo civilizado de então era visto como distante e oposto ao mundo natural, portanto, quanto mais próximo e refém dessa natureza intocada, mais distante estava-se do status de civilização almejado para o país.

Ao mesmo tempo em que assumia o posto de grande símbolo nacional, o meio natural não domesticado aparecia como entrave ao progresso.

Transformar a natureza, civilizá-la e aproximá-la do convívio dos homens por sua intervenção, provocando transformações que ao mesmo tempo favorecessem o engrandecimento do país, sem macular a imagem da natureza como elemento máximo do imaginário nacional estava entre as grandes preocupações do momento. Diante dessa configuração o Brasil no XIX foi representado por intelectuais e cientistas "como um verdadeiro caleidoscópio de uma natureza simultaneamente variada e incógnita." (Naxara, 1999, p.08). O espaço natural passa então a ocupar um lugar de destaque na definição da singularidade da nação, nele se encontraria o "Brasil profundo", que cabia compreender, assimilar ao movimento da História, à cultura e à sociedade brasileiras. Segundo Murari (2009), a natureza era a fonte de riqueza e matéria bruta a ser trabalhada, espaço a ser desbravado e povoado e assumia também um significado simbólico, como universo sensorial, manancial de vida e de identidade, força de resistência a ser submetida à ação humana, paisagens que constituíam o cenário da experiência, da memória social e da construção de uma imagem do Brasil, para si mesmo e para o mundo.

As tentativas de racionalizar o meio natural, fruto do predomínio das concepções do Iluminismo luso-brasileiro marcado pelo pragmatismo científico, em prol da afirmação e legitimação da nação estiveram presentes no discurso daqueles que dedicaram seus esforços intelectuais para forjar uma identidade para o Brasil. Mas além do paradigma científico-racional, o imaginário nacionalista incorporou a força simbólica da natureza, poderosa fonte de símbolos e cenários da memória. Nesse contexto, seria essa natureza a instância do sagrado, o modelo de conhecimento, o meio físico, o espaço da barbárie, o território a ser averiguado e capturado, as fronteiras a serem definidas, o ambiente de luta pela sobrevivência, o espaço exótico dos trópicos, a fonte de riqueza na forma de matérias primas e terrenos, a paisagem natural e rural, enfim, um espaço múltiplo - o lugar do simbólico e do sensorial, mas também o lugar da modernidade e da ciência em expansão

contínua, que pretendia, entre outras coisas, encurtar as distâncias e forjar uma identidade grandiosa e exclusivamente brasileira.

De acordo com Murari (2009), a natureza era a principal referência de origem que possuíamos, portanto, para que a História da pátria fosse escrita era indispensável escrutinar essa natureza, desvendar todas as suas potencialidades, pois seria na sua representação onde se encontraria a expressão do legitimamente nacional. O meio natural permeava as mentes pensantes do Brasil no XIX como sendo a verdadeira grande expressão da singularidade da nação. Esse universo guardava o que de mais precioso o Brasil possuía.

Situar e conhecer todo o território do país, bem como seus habitantes, era o objetivo das ciências naturais ao mesmo tempo em que era o objetivo da política imperial. Sendo assim, a construção da nacionalidade brasileira não se daria sem o respaldo de pesquisas científicas.

A marca do nítido esforço de associação entre a natureza brasileira, as investigações em História Natural e a construção da nacionalidade pode ser localizada, especialmente, na atuação de dois espaços de investigação científica: o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, funcionou durante o século XIX como a instituição que, em associação com as outras entidades de e para o fazer científico, mais desenvolveu pesquisas em ciências naturais. O Museu vai se constituir no lugar de convergência de um conjunto de iniciativas que vão viabilizar a consolidação das ciências naturais no país. No Museu, e não em universidades, o conhecimento científico brasileiro do século XIX era produzido. Lugar de produção de pesquisas que auxiliaram na criação de visões, representações e perspectivas para a nação.

Favorecer as pesquisas desenvolvidas no Museu era um objetivo comum daqueles que praticavam ciências no país. A Comissão Científica de Exploração esboça, desde os primeiros momentos de sua idealização e divulgação, como uma de suas

metas o enriquecimento do material de estudo das ciências naturais disponibilizado pelo Museu. Nos discursos de defesa e justificativa para formação da Comissão e nas suas instruções de viagem o Museu Nacional já aparece como a principal instituição a ser beneficiada com as coleções, mapas, publicações e material recolhido durante a viagem. Uma das justificativas usadas por Manuel Ferreira Lagos para que a Comissão fosse aprovada pelos sócios do IHGB era a necessidade de formar e fortalecer coleções de História Natural para essa instituição.

O IHGB formou-se no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional. Pensar e delinear um perfil para o Brasil era um de seus principais objetivos. "O Instituto retiraria a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem." (Guimarães, 1988, p.15). Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição científica e cultural do Império, acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país.

A partir da segunda metade do século XIX o IHGB se tornaria um centro de estudos bastante atuante, estimulador da vida intelectual e principal elo de ligação entre o que era produzido pelos estudiosos e homens das ciências e os meios oficiais, ou seja, a administração imperial e o próprio Imperador. A relação do Instituto com o monarca foi crucial desde sua fundação, desde então D. Pedro II foi convidado a participar das reuniões e a ser seu protetor. O imperador assumiu diante do IHGB o compromisso de participar ativamente da construção de uma memória para o Brasil, memória essa que seria perpetuada através da escrita da História da nação e do reconhecimento e estabelecimento de uma cultura genuinamente nacional.

Foi no cerne do IHGB que se elaborou um dos projetos mais ousados na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias e possibilitar o fortalecimento de uma nacionalidade brasileira homogênea, solidificada e de um território com regiões estreitamente ligadas. Em sua seção ordinária de 30 de maio de 1856,

contando com a presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos lançou uma proposta que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro dos homens de ciência do país. Em seu discurso, destacou:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas. (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.12. Suplemento).

Lagos tornava pública a intenção de se estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas e percebidas pelo governo central como menos produtivas e mais arredias ao seu domínio. Entretanto, quais seriam os ganhos para os naturalistas nacionais e para o governo imperial se acatassem essa sugestão de Lagos? Ele mesmo ensaia uma justificação: formar para o Museu Nacional uma coleção de produtos que facilitassem e engrandecessem os estudos científicos no país e, de forma ainda discreta, ressalta a preocupação em saber como estavam organizadas as atividades produtivas nas regiões distantes da corte. Por causa de sua atuação como naturalista Lagos deveria preocupar-se muito mais com os ganhos para a ciência, mas tinha compreensão que um empreendimento desse tipo necessitava apresentar ganhos materiais para o governo imperial, afinal, somente garantindo ganhos para o governo do Império os cofres do mesmo ficariam à disposição de uma expedição de exploração. As províncias que faziam jus ao status de menos conhecidas nesse período eram as localizadas no Norte do país, afinal, eram consideradas pelos dirigentes do governo e pela elite letrada, radicada no Rio de Janeiro, as mais distantes, obscuras e arredias do centro do governo

imperial. Essa imagem fora fortalecida especialmente pelas várias revoltas e tentativas de separação vivenciadas na região Norte[5] desde o final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

Como vimos, no Brasil do século XIX a natureza tornou-se o principal símbolo da nação e a viagem com o objetivo de exploração Científica e econômica alinhava-se ao contexto político de conquista do território. Segundo Lagos,

Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da Topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais e, por consequência, a renda nacional (...) (Revista do IHGB, t. 19, 1856, p.14. Suplemento).

O discurso do naturalista evidencia o intuito de conhecer o Brasil para melhor dominar as possíveis potencialidades ainda não exploradas. Pondo fim às diferenciações, encurtando as distâncias físicas e culturais, seria possível conhecer que riquezas o país tinha a oferecer para aumentar, como Lagos ressalta, a renda nacional. Com certeza esse discurso agradou ao Imperador, que prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro, portanto, na mesma seção em que foi lançada, a proposta foi aprovada pelos membros do IHGB.

Lagos deixa claro o incômodo que os cientistas nacionais sentiam pelo pouco conhecimento que possuíam dos recursos naturais do Brasil e mais incomodados eram pelo fato de ser o Brasil melhor conhecido por estrangeiros. A projeção da Ciência nacional era indispensável para a consolidação da homogeneidade e do status de civilização almejado para o país.

Além da exaltação da inteligência nacional, uma justificativa colocada para a necessidade da

5
Tomando como referência a atual divisão territorial do Brasil podemos identificar que o que chamamos de Região Norte na segunda metade do século XIX congregava além dos atuais estados dessa região os da que hoje chamamos de Região Nordeste. Só a partir de 1969 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu o Nordeste como uma região brasileira, formada pelos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, até então (desde 1837 quando foi promulgada a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834) esses estados, na época Províncias, faziam parte do Norte brasileiro.

Comissão direcionava a atenção para o Museu Nacional. Buscava-se através das aquisições de material orgânico e inorgânico tornar o museu um espaço com condições de trabalho para os estudiosos da História Natural como eram os museus europeus. Essas aquisições eram umas das tarefas principais dos estudiosos designados para essa empreitada, sendo primordial para o sucesso da Comissão.

Aprovada a ideia, iniciados os preparativos, justificada a necessidade da Comissão, chegava o momento de definir um itinerário e fazer a viagem propriamente dita. Vejamos a seguir como foi projetada e colocada em prática essa expedição exploradora.

Uma expedição verdadeiramente nacional

Segundo Braga (2004), a escolha da província do Ceará como primeiro pouso se deu em princípios de 1857. Primeiramente pensou-se em começar a viagem por um dos grandes rios brasileiros, que possibilitasse o autoconhecimento das regiões mais centrais do país. Havia também a possibilidade de se fazer a viagem pelas regiões fronteiriças, afinal o governo imperial não estava isento dos riscos que a proximidade do Império monárquico com os países republicanos possibilitava, tanto por causa do perigo, mesmo que remoto, de invasões por parte de aventureiros que poderiam se lançar pelo território brasileiro, como pela influência ideológica que as Repúblicas americanas representavam. No entanto, desde a ocasião da apresentação das Instruções de Viagem, em 1857, quando ainda não se sabia ao certo quais províncias seriam visitadas e exploradas já existiam indícios, como em correspondências pessoais entre os membros da Comissão, de que a província do Ceará era uma forte candidata para sediar os primeiros trabalhos da Científica.

Entre todos os fatores que colaboraram para a escolha do Ceará como primeira Província a ser visitada, boa parte dos estudiosos da Comissão defendem que essa escolha esteve alicerçada na divulgação da suposta existência de grandes jazidas de metais preciosos nas serras cearenses. As notícias de que o subsolo cearense abrigava riquezas minerais

começaram a circular especialmente através dos relatos do naturalista João da Silva Feijó, "um entre os diversos naturalistas que trabalharam a serviço da Coroa portuguesa no levantamento dos recursos naturais da então colônia portuguesa da América, na transição do século XVIII para o século XIX." (Silva, 2007, p.179). Feijó chegou ao Ceará em 1799 e realizou diversos trabalhos em Ciências naturais por aqui, dando ênfase a aspectos ligados aos campos da mineração, da Mineralogia e da Geologia daquele período. As amostras de minerais da província existentes no Museu Nacional fortaleciam a opinião que defendia a existência de riquezas minerais na província. Sendo, portanto, essa provável existência de metais preciosos apontada como a razão fundamental da escolha do Ceará como primeira província a ser explorada.

Os preparativos para a viagem contaram com as facilidades e incentivos governamentais. Gonçalves Dias e Gabaglia cuidaram da aquisição dos instrumentos e da literatura científica na Europa, enquanto Lagos e Capanema na corte se encarregaram de comprar o que fosse necessário para o transporte da Comissão. A Lei de orçamento e despesas dos anos 1857 e 1858 garantiu os recursos para a compra de material, ficando o governo com a responsabilidade financeira para manter a Comissão, enquanto o IHGB assumia a responsabilidade técnica e científica. Dessa forma, equipava-se a Comissão com livros, aparelhos, instrumentos, preparando-a para fazer trajetos por terra e por água. Deu-se ênfase para o material bibliográfico - dois mil volumes de livros e periódicos foram comprados, grande parte dessa coleção foi incorporada a partir de 1863 à Biblioteca do Museu Nacional.

Enquanto ficavam prontos os preparativos para a viagem, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista nacional. As Seções criadas e seus respectivos chefes foram as seguintes: *Botânica* para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão[6]; *Geológica e Mineralógica* que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema – futuro Barão de Capanema[7]; *Zoológica,*

6
Francisco Freire Alemão de Cysneiros, botânico e médico fluminense, foi um dos nomes mais renomados e expressivos das Ciências Naturais no Brasil do século XIX.

assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos;[8] *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia[9] e *Etnográfica e Narrativa de Viagem,* tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias - o poeta indianista. Além dos chefes das Seções, foi designado para a Comissão o pintor José Reis de Carvalho. Autônomas quanto aos seus objetivos, as Seções deveriam colaborar entre si, agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi escolhido Francisco Freire Alemão.

A Ciência nacional atuando em terras cearenses

Em fevereiro de 1859, os integrantes da Comissão chegaram ao Ceará. Segundo Gonçalves Dias estavam

(...) cheios de entusiasmo com a idéia de que iam prestar um serviço relevante ao seu País, almejavam com veras o momento de entrar em exercício, e confiavam não tanto em um possível lance da fortuna que os ilustrasse, como no zelo, na boa vontade, no amor pátrio de que se achavam animados. (Dias in Braga, 2004, p.246).

Em carta dirigida a Von Martius um dia antes de embarcar para o Ceará (25 de janeiro de 1859) Freire Alemão ressalta suas expectativas sobre a viagem: "é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns trabalhos ulteriores e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro"[10] (Alemão in Damasceno e Cunha, 1961, p.151). O dever pátrio e a responsabilidade de engrandecer a nação perpassam o discurso de Dias e Freire Alemão.

Nas terras cearenses buscavam encontrar recursos essenciais ao desenvolvimento do Brasil e desvendar uma série de novidades para as Ciências, para a Cultura e para a História brasileira. "Para o povo, a Comissão vinha em busca das minas, das jazidas inesgotáveis que nutriam a crença cearense e oferecia a todos uma expectativa de riqueza súbita e imprevista." (Dias *in* Braga, 2004, p.246). Essa impressão inicial que o povo cearense demonstrou

7
Engenheiro, doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, lente substituto de Mineralogia da Escola Central, amigo pessoal do Imperador Pedro II e sócio do IHGB, entre outras funções, Capanema figurava entre os mais influentes políticos e intelectuais do século XIX.

8
Autor da proposta de criação da Comissão, o zoólogo e ornitólogo Manoel Ferreira Lagos estudou humanidades e cursou Medicina no Rio de Janeiro. Em 1839 ingressou no IHGB e cerca de seis anos depois passa a ocupar o cargo de secretário perpétuo. Naturalista respeitado por toda a comunidade científica nacional do século XIX.

9
Professor da Academia de Marinha, astrônomo, geógrafo e bacharel em matemática, tendo se especializado na Europa em hidráulica aplicada a portos e canais.

10
Alemão, Carta a Von Martius (25/01/1859).

acerca da Comissão mudaria. Durante as viagens pelo sertão, inicialmente vistas como uma oportunidade grandiosa de revelar as riquezas ainda escondidas que as terras cearenses abrigavam, a Comissão começou a ter sua imagem desgastada entre a população local. A não apresentação de ganhos imediatos e a incompreensão por parte dos viajados[11] dos estudos científicos que eram feitos - o povo não entendia, por exemplo, qual a necessidade e benefício que existia em colher ramos e flores de árvores, caçar insetos e répteis, guardar pedras, desenhar casas e objetos de uso doméstico, ou seja, coisas tão comuns ao cotidiano sertanejo, mas que geravam interesse e admiração nos cientistas da corte - geraram desconforto para os viajantes. Em seu diário pessoal, Freire Alemão relata algumas dessas incompreensões com os trabalhos da ciência, assim como as desconfianças da população quanto às reais motivações de tal empreitada. Após dois meses de viagem pelo sertão Freire Alemão escreve:

(...) certas vezes nos eram negados [hospedagem e comida] pela gente, que estava prevenida contra nós, e não nos olhava com bons olhos, havia se espalhado ideias extravagantes em todo o Ceará, a respeito da Comissão e de seus fins. Éramos estrangeiros que vínhamos explorar a província para entregar aos Ingleses, em pagamento da nossa dívida, e outras coisas semelhantes. (Alemão, 2011, folha 97, p.105).

Essas concepções que o povo construiu sobre a Comissão a acompanhariam durante toda peregrinação pelo Ceará. Em seus deslocamentos pelo interior da província, Freire Alemão iria se deparar com essas ideias em vários momentos. Ao mesmo tempo em que observava, também era observado e o estranhamento mútuo perpassava as relações de contato entre eles. O olhar para o "outro" assumia um caráter interativo, viajantes e viajados construíam relações de interação e troca, elaborando conceitos e visões pautados muitas vezes no estranhamento, mas também no reconhecimento e admiração dos saberes de que eram portadores. Se, por um lado, os

11
Neologismo. O termo faz referência aos nativos, aos visitados durante as viagens de cunho exploratório. A autora lança mão desse vocábulo para sublinhar a interação, as trocas materiais, culturais e simbólicas que se constroem no encontro entre visitantes e visitados, viajantes e viajados (Pratt, 1999).

científicos eram constantemente questionados sobre os propósitos de tal viagem e o porquê de tanto investimento feito para dar a conhecer o que para os cearenses eram materiais comuns e estranhavam o zelo com que colhiam pedras, matos, flores, borboletas e insetos, e isso cooperava para que fossem vistos com desconfiança, como estrangeiros, inimigos e invasores; por outro lado, eram também admirados por seus modos diferentes, pelos conhecimentos acadêmicos, pela fala culta, pela parafernália científica que traziam e pelos serviços que prestavam às pessoas, principalmente aos doentes, pelo sertão. Já para os científicos, os habitantes da província, seus hábitos (alimentares, culturais, sociais, políticos, familiares) e as relações que estabeleciam com a natureza, muitas vezes causavam espanto e reprovação, eram confrontados com saberes e práticas oriundas de um conhecimento empírico, popular e que funcionavam, em muitos casos, como entraves aos saberes das ciências. Mas também não faltavam admiração e reconhecimento de saberes tradicionais do sertão que se mostravam tão ou mais eficientes que os saberes científicos e que ultrapassavam seus doutos conhecimentos.

Oposições surgiram de muitas partes – do povo, do governo, dos desafetos políticos dos membros da Comissão, o que fez o trabalho dos científicos no Ceará ser marcado por contradições, barreiras, dificuldades de deslocamento, atrasos, disputas, desentendimentos e vários outros problemas durante sua marcha pelo território cearense.

De março a agosto de 1859 os científicos permaneceram em Fortaleza. O período das chuvas impossibilitou a ida imediata ao interior da província, assim como a demora na aquisição de animais para o transporte e de mantimentos para os mesmos. Durante os cinco meses que permaneceram em Fortaleza as Seções não ficaram inativas, trabalharam em torno da capital, nas localidades que prometiam interessantes investigações como Pacatuba, Maranguape e Messejana.

Na segunda quinzena de agosto de 1859 a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense.

Por conveniência de abastecimento, diversidade e proximidade de estudos e afinidades pessoais, dividiu-se a comitiva em três turmas. A primeira era composta das Seções Botânica e Zoológica e levava consigo o pintor José dos Reis Carvalho e seguiria pelas margens do Jaguaribe; a segunda, das Seções Geológica e Etnográfica, cujos chefes Capanema e Gonçalves Dias nutriam fortes laços de amizade, viajaria seguindo o caminho de Baturité e Quixeramobim e a terceira era formada apenas pela Seção Astronômica e Geográfica que, para dar maior fluidez e rapidez aos seus trabalhos, subdividir-se-ia em algumas outras turmas, coordenadas pelos adjuntos de Gabaglia, os quais seguiriam por diversas direções do espaço geográfico cearense. Antes de partirem de Fortaleza combinaram para o ano seguinte o reencontro no Crato.

No início de 1860, achavam-se reunidas no Crato quatro das Seções da Científica, faltando apenas a Astronômica. Enfrentavam graves problemas financeiros por falta de liberação das verbas que haviam deixado na tesouraria da Província para o pagamento de serventes e cargueiros. No Crato, a Comissão deveria descansar, esperar a passagem do inverno, estudar o material recolhido até então, fazer apontamentos e notas e dali seguir viagem pelo restante do Ceará e por outras Províncias. No entanto, cortes financeiros e falta de esclarecimentos ao presidente da Comissão acerca da liberação dos recursos para a jornada acabaram levando à decisão de retorno antecipado das seções à Capital da Província. Isso aconteceu em março de 1860, um ano antes do que havia sido planejado quando se retiraram de Fortaleza, em agosto de 1859.

Conforme afirmava Gonçalves Dias em 1862, o desgaste da Comissão em meados de 1860, já era grande. Não se dispunha mais de meios para uma excursão tão larga quanto desejavam. No Ceará e na Corte muitas eram as críticas e cobranças. Em Fortaleza, combinou-se um novo itinerário para cada seção, não conforme seria mais vantajoso, mas como era possível nas circunstâncias em que se achavam seus recursos e seus membros. Os

problemas enfrentados pela Comissão extrapolavam os financeiros, decorriam também das condições climáticas, das precariedades do sertão, dos conflitos pessoais entre alguns de seus membros, dos mal entendidos com as autoridades e populações locais e de problemas de saúde enfrentados por quase todos os membros da Comissão, que chegaram a levar dois deles ao óbito.

A imagem da Comissão estava bastante desgastada. Os científicos passaram a enfrentar contrariedades no Ceará logo nos primeiros meses de estadia na província. Foi alvo de ataques e adquiriu alguns nomes e apelidos que denegriam sua reputação. Comissão das Borboletas e Comissão Defloradora foram dois nomes atribuídos à Científica para fazer referência ao comportamento pessoal e profissional reprovável de alguns de seus membros. O apelido de Comissão Defloradora, por exemplo, refere-se ao comportamento boêmio de alguns de seus integrantes, especialmente Gonçalves Dias, Capanema, Gabaglia e o pintor José dos Reis Carvalho, pregado por alguns desafetos que possuíam na Corte.

Diante das muitas adversidades, que perpassavam os aspectos econômicos, profissionais, científicos, políticos, sociais, relacionais e particulares da Comissão, os roteiros pensados no início da viagem foram refeitos. Em outubro de 1860, os científicos retornaram aos trabalhos pelo interior da província, trabalhos esses que se sustentariam por mais dez meses. Nesse mesmo mês, quando já se achavam as Seções espalhadas por toda a província, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império expediu um aviso no qual constava uma nova tabela dos vencimentos que os membros e empregados da Comissão deveriam receber a partir de então. Conforme Braga (2004), tal tabela, válida a partir da promulgação da Lei de Orçamento, reduzia os vencimentos dos chefes de Seção e os quantitativos relativos às despesas com materiais e gastos com os animais.

Quando os recursos para a continuidade dos trabalhos no Ceará foram reduzidos, Capanema não poupa críticas à postura do Gabinete Ferraz, que presidiu o Brasil de agosto de 1859 a setembro de 1861:

A Comissão é forçada a cair durante as suas jornadas em quanto casebre há, chega em contato com a grande massa do povo, vê as suas misérias, o seu estrago; conhece as suas necessidades, vê de que melhoramentos o país carece para se tornar próspero, estuda seus recursos hoje inteiramente abandonados. A Comissão tem o dever de representar isso tudo ao governo, e dessa representação nasce para o mesmo governo o imperioso dever de remediar o mal. É justamente isso que ele procura evitar porque diz o velho ditado: em águas turvas pesca-se melhor. Até hoje o governo tinha uma desculpa bastante plausível para a sua incúria: não conhecia as raízes do pólipo que rói o país, e que o vai definhando. Contra mal que não se conhece não se pode aplicar remédio. Hoje as coisas mudam de figura, as raízes do pólipo podem ser postas à mostra, procura-se desgastar a Comissão, e quando ela quiser dizer alguma coisa, dirá o governo aos diferentes chefes de Seção: a vós compete dizer que qualidade de erva há; a vós, se há ouro e diamante; a vós, quais as latitudes e longitudes das vilas e cidades por onde passastes, a vós, se há muita qualidade de rato no sertão; e a vós se ainda existe caboclo! Sois uma Comissão de naturalistas, tudo quanto sair dessa esfera não é da vossa competência. (Capanema, 2006, p.261).

Para Capanema, os ataques e tentativas de desestabilizar a Comissão e forçar seu fim estavam relacionados aos trabalhos que desempenhavam no Ceará e pela falta de interesse do governo pelo país, pela falta de vontade e esforço em resolver os verdadeiros problemas da Nação. O geólogo desvia a importância da Comissão dos estudos científicos e foca nas contribuições que poderia dar ao país ao fazer o mapeamento das mazelas que afligiam o povo do sertão. Mas, segundo ele, isso não seria interessante para o Ministério, pois uma vez que seus problemas fossem conhecidos, exigiriam uma solução, uma intervenção estatal e não se estava disposto a isso. O verdadeiro descobrimento que a Comissão operaria não seria o das riquezas ainda escondidas da nação, mas o do reconhecimento de suas questões mais

urgentes. Como ele escreve, não se pode remediar o que não se conhece, mas a partir do momento que se tem um diagnóstico é necessário aplicar um remédio, uma solução e o governo não estava preparado, decidido e preocupado com isso. Para ele, Capanema, residia nessas questões a força motriz dos ataques do Ministro Ferraz, do senador Dantas, do historiador Mello Morais e de outras figuras que por antipatias e interesses pessoais contribuíram para influenciar o juízo negativo sobre a Científica e até abreviar sua existência e importância, reduzindo seus recursos e desmoralizando seus membros.

A incerteza da remessa dos fundos necessários, as dificuldades de comunicação, os problemas que surgiram com a instituição da nova tabela de gastos, a falta de trabalhadores, a demora no repasse dos recursos, muito dificultou a marcha da Comissão. Conforme Gonçalves Dias, "a Comissão conservava apenas um simulacro de vida, que só servia para tornar mais grave perante o governo e perante o país a responsabilidade daqueles que a representavam" (Dias in Braga, 2004, p.283).

Nesse momento (primeiro trimestre de 1861), a Seção Astronômica encontrava-se no norte da província; a Botânica em Sobral; a Geográfica e a Zoológica em Granja e a Etnográfica achava-se no Amazonas, para onde Gonçalves Dias havia partido para realizar uma excursão pela bacia amazônica[12]. Em abril de 1861, reuniram-se os chefes de Seção em Fortaleza e diagnosticaram que a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para retornarem à Corte. De acordo com seu Diário de viagem (folha 321), em 4 de junho de 1861, Freire Alemão recebeu a Comunicação do governo imperial autorizando a volta da Comissão ao Rio de Janeiro. No dia 13 de julho embarcaram rumo à capital do Império, aonde chegaram no dia 24 do mesmo mês.

No Rio, os membros da Comissão assumiriam uma nova fase de seus estudos científicos. Era necessário catalogar o material recolhido, estudá-los e, principalmente, apresentar resultados concretos que justificassem a existência da Comissão e mostrassem a utilidade dos trabalhos desenvolvidos durante os

12
Gonçalves Dias ausentou-se do Ceará no final de 1860. Em janeiro de 1861 passou alguns dias em sua terra natal – Maranhão - e de lá rumou para a Amazônia e não retornou mais ao Ceará. De lá, voltou para o Rio de Janeiro, em dezembro de 1861.

dois anos que ficara no Ceará. Dois dias após o desembarque, 26 de julho de 1861, os titulares das Seções da Comissão compareceram à reunião do IHGB, que contou com a presença do Imperador.

Era necessário ser apresentado algum resultado satisfatório para o governo e para o IHGB, por isso o presidente do Instituto pediu brevidade no prazo de apresentação dos relatórios. Os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos foram lidos nas sessões de 4 de outubro, 22 de novembro e 6 de dezembro, respectivamente. Gonçalves Dias não apresentou relatório. O de Gabaglia, segundo Capanema nos seus *Apontamentos sobre as secas do Ceará,* foi escrito e estaria nas mãos de particulares: "Nas largas discussões havidas não vieram à luz as preciosas séries de observações meteorológicas do falecido Dr. Gabaglia. São elas propriedade do Estado, mas não sei que destino tiveram, e no entanto deviam ter sido publicadas." (Capanema, 2006a, p.167). O relatório da Secção Etnográfica não foi escrito. Gonçalves Dias escreveu a partir da sua atuação na Comissão a Parte Histórica e os Proêmios dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração,* publicados em 1862.

A existência da Comissão não revelou os tesouros minerais esperados, e isso foi motivo de descrédito para a expedição, mas logrou êxito, especialmente no que diz respeito à aquisição de material para o Museu Nacional. Para essa instituição foram destinadas mais de quatorze mil amostras de plantas, a maior contribuição botânica para o acervo recebida até aquele momento; além do herbário, a Seção Botânica trouxe para o Museu desenhos e descrições de boa parte das plantas recolhidas e mais de seiscentos esboços de plantas cearenses. A partir dessa coleção, a flora cearense passaria a ser conhecida em muitos dos seus aspectos e suas potencialidades e alternativas de exploração passaram a ser delineadas. A coleção Zoológica, segundo a Introdução aos *Trabalhos da Comissão Científica,* era estimada em dezessete mil exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves. Era

composta também por animais vivos - espécimes de mamíferos, aves e répteis[13].

No Museu também ficaram os instrumentos e materiais para uso na preparação de plantas e animais, objetos de uso científico especializado, adquiridos nos mais renomados centros de produção de ciência na Europa; assim como os livros, mais de dois mil títulos, que iriam constituir uma parte da Biblioteca do Museu, assim como alguns chefes de Seção, que continuaram nas dependências do Museu os trabalhos iniciados no Ceará. Lá também foram depositadas as estampas de zoologia, etnologia e mineralogia, recolhidas principalmente por Dias e Lagos.

Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do material conseguido pelos naturalistas no Ceará. Gonçalves Dias vasculhou boa parte dos arquivos municipais por onde passou, principalmente o do Icó e o do Crato, e obteve documentos e notícias acerca da História e Geografia do Ceará. O mesmo fizeram Lagos e Freire Alemão (Freire Alemão copiava os livros das Câmaras municipais, cartas das vilas, livros paroquiais geralmente fornecidos pelos vigários - que emprestavam documentos antigos das vilas e cidades, como também revistas e jornais vindos da corte, ou seja, eram os principais fornecedores de fontes de informação de Alemão -, pelos escrivães e juízes municipais; matérias de jornais e revistas locais e revirava os arquivos procurando documentos para a História do Ceará). Essa documentação foi entregue ao Instituto, assim como parte do material indígena coletado por Gonçalves Dias.

Considerações finais

Nos anos que se seguiram ao retorno da Comissão à Corte continuou-se a fazer, principalmente nas dependências do Museu Nacional, os trabalhos de classificação, preparação e divulgação do material recolhido, apesar do pequeno apoio que seus membros recebiam para isso. Em 1864, com o deflagrar da Guerra do Paraguai, os Chefes de Seção, que até então continuavam recebendo seus salários, deixaram de receber seus vencimentos e foram

13
De acordo com Braga (2004, p.104), a Seção Zoológica levou do Ceará para a Corte imperial alguns exemplares de animais vivos. "Os menos comuns ou mais curiosos, apanhados sobretudo no Cariri. Eram, no início mais de 100 mamíferos, aves e répteis. Lagos partiu do Crato com numeroso comboio, trazendo uma porção de gaiolas povoadas deles, inclusive um tamanduá-bandeira. Mas foram morrendo durante a travessia sertaneja, estada em Fortaleza e viagem por mar, de modo que poucos chegaram ao Rio. Não dispondo o Museu de acomodações para abrigá-los, o diretor entregou-os ao zelo de um particular."

suspensas as publicações, por medida de economia. “O conflito, que se arrastaria por cinco longos anos, exigindo enorme sacrifício de sangue e dinheiro, levaria a Comissão em sua torrente caudal” (Braga, 2004, p.113).

A Comissão aparece referenciada oficialmente pela última vez no Relatório do Ministro do Império de 1867. A escrita do Ministro evidencia o pouco ânimo que se dava a sua existência naquele momento.

Os diversos trabalhos de que ainda estão incumbidos os chefes das Seções desta Comissão vão sendo feitos pelo modo possível. A natureza de semelhantes trabalhos, a necessidade que têm aqueles chefes de desempenharem cumulativamente outras funções e a circunstância de não perceberem atualmente retribuição alguma pôr eles, não permitem que se fixe prazo para a sua conclusão. (Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro do Império José Joaquim Fernandes Torres apud Braga, 2004, p.113-114).

O momento não era favorável à continuação desses trabalhos de investigação naturalista, era imperativo garantir a vitória do país em uma guerra, para a qual foram canalizados os esforços científicos, militares, políticos e monetários. Nos relatórios do governo dos anos seguintes não aparecem mais referências à Comissão Científica. Oficialmente chegara ao fim. Ao concluir suas atividades estava obscura e até desacreditada. Cumpriu uma considerável parcela dos objetivos para os quais, com grande pompa, foi criada em 1857. Deixou muitos traços da sua existência, que por um largo espaço de tempo foram relegados ao esquecimento. Atualmente, tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos, que destacam desde sua importância para a história da ciência brasileira, como para a formação da identidade brasileira forjada pelo Império. Mas ainda há muito a ser desvendado.

Referências

Alemão FF. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza (CE): Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

Anderson BR. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Hobsbawn EJ. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).

Capanema GS. Ziguezague da Seção Geológica da Comissão Científica do Norte. In: Porto Alegre MS. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza (CE): Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.153-323.

Capanema GS. Apontamentos sobre secas no Ceará (1878). In: Capanema GS, Gabaglia GR. *A seca no Ceará:* escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza (CE): Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006a, p.155-185.

Damasceno D, Cunha W. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão* – catálogo e transcrição. Anais da Biblioteca Nacional – v(81), 1961.

Dean W. A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1991. v(4) n(8): 216-228.

Dias AG. Proêmio. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-180.

_____ Parte Histórica. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.181-187; 244-293.

Guimarães MLS. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, 1988. v(1)n(1): 5-27.

Kury L. As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das luzes. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011 [Acesso em 2011 Nov 19]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucCNPQ.pdf..

Lagos MF. Instruções para a Comissão Científica de Exploração – Seção Zoológica. Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert,1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 201-217.

Murari L. *Natureza e Cultura no Brasil (1870 – 1922)* - São Paulo: Alameda, 2009.

Naxara MRC. *Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. [Tese de doutorado]. Campinas (SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1999.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1856. t(19) suplem.: 10-12 / 114-116.

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1861. t(24).

Silva CP. As "Viagens fiilosóficas" de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. *História: Questões & Debates*. Curitiba (PR), 2007. n(47): 179-201.

Silva-Filho ALM Nota Explicativa. In: Alemão FF. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão, 1859* – volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p.9-39.

Thomas K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862. In: Braga R. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza (CE): Edições Demócrito Rocha, 2004, p.175-393.

Pratt ML. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

Data de Recebimento: 30/06/2014
Data de aprovação: 11/11/2014
Conflito de Interesse: Nenhum declarado
Fonte de Fomento: Nenhum declarado.